

Silvia Valencich Frota

ANTINACIONALISMO

RESUMO:

A partir de uma breve retrospectiva histórica do desenvolvimento dos nacionalismos na Europa, procura-se refletir sobre os processos de construção discursiva dos mesmos. O contexto brasileiro é destacado, assim como o papel da negação e do antagonismo na elaboração dos nacionalismos e dos antinacionalismos. O enquadramento teórico-metodológico adotado é o dos estudos de cultura, com especial ênfase nas teorias de identidade desenvolvidas por Stuart Hall e Homi Bhabha.

Palavras-chave: Nação. Nacionalismo. Identidade Nacional. Discursos.

ANTINATIONALISM

ABSTRACT

From a brief historical retrospective of the development of nationalism in Europe, this paper seeks to reflect on the processes of discursive construction of that nationalism. The Brazilian context is highlighted, as well as the role of negation and antagonism in the development of nationalisms and antinationalisms. The theoretical and methodological framework adopted is that of culture studies, with special emphasis on identity theories developed by Stuart Hall and Homi Bhabha.

Keywords: Nation, Nationalism, National Identity, Speeches.

ANTINACIONALISMO

RESUMEN

A partir de una breve retrospectiva histórica del desarrollo de los nacionalismos en Europa, se busca reflexionar sobre los procesos de construcción discursiva de los mismos. El contexto brasileño se pone de relieve, así como el papel de la negación y del antagonismo en la elaboración de los nacionalismos y antinacionalismos. El marco teórico y metodológico adoptado es el de los estudios de cultura, con especial énfasis en las teorías de identidad desarrollados por Stuart Hall y Homi Bhabha.

Palabras clave: Nación, nacionalismo, identidad nacional, discursos.

ANTINATIONALISME

RÉSUMÉ

À partir d'une brève perspective historique du développement des nationalismes dans l'Europe, on vise à réfléchir sur les processus de construction discursive de celui-ci. Le contexte brésilien est mis en évidence, ainsi que le rôle de la négation et de l'antagonisme dans l'élaboration des nationalismes et des antinationalismes. Le cadre théorique et méthodologique adopté est des études de la culture, avec une emphase especial dans la théorie de l'identité développées pour Stuart Hall et Homi Bhabha.

Mots-clés: Nation; Nationalisme; Identité National; Discours.

*“Não sou nem ateniense, nem grego, mas
sim um cidadão do mundo”*
Sócrates

ENTRE AS DEFINIÇÕES possíveis, propomos entender o antinacionalismo como sendo o conceito que engloba as diferentes correntes de pensamento que se opõem à ideologia dos nacionalismos. Embora o antinacionalismo não se destaque como uma corrente autônoma e independente, quer no âmbito nacional, quer no âmbito internacional, seu ideário pode se fazer presente em outras correntes ideológicas, como no anarquismo, por exemplo, ou mesmo em algumas vertentes do marxismo, que vêem os nacionalismos como forma de ocultação ou mascaramento das divisões de classes.

BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Os nacionalismos têm sua origem e seu desenvolvimento frequentemente associados ao final do século XVIII, mais especificamente à declaração de independência americana (1776) e à revolução francesa (1789). Rousseau, Herder, Fichte, Korais e Mazzini são considerados os fundadores dessa ideologia, que tem seu apogeu no século XIX. Com essa afirmação, circunscrevemos a presente reflexão às ideias nacionalistas desenvolvidas no continente europeu, das quais o Brasil é, em alguma medida, herdeiro.

Em 1789, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, pela França, afirma-se a associação dos conceitos de soberania e nação. É na ideia de nação que reside o princípio de toda a soberania. Nos anos subsequentes, à nação soberana é atribuído o direito a um Estado e é esse Estado-Nação que passa a ocupar posição de destaque no desenvolvimento dos nacionalismos.

Em 1848, uma série de revoltas se espalha pela Europa, no movimento que passaria a ser conhecido como a “primavera das nações”. Em parte motivados por uma grave crise econômica que assolava a Europa, esses levantes representaram uma ameaça aos regimes monárquicos e uma das primeiras tentativas de mobilização popular em prol de melhores condições de vida e de trabalho. Em 1848 é também publicado o Manifesto Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels, os

quais, entre outros temas, defendiam a mobilização da classe trabalhadora.

Na segunda metade do século XIX, dá-se o surgimento das chamadas nações tardias, com a unificação da Itália, em 1870, e a unificação da Alemanha, em 1871. Em ambos os casos, o papel da língua é destacado seja pela via do *reconhecimento* da existência de uma língua comum e ancestral, seja pelo projeto de construção e implementação de uma língua comum, de âmbito nacional, que passa pela supressão de dialetos e pela imposição de uma língua oficial.

Ao mesmo tempo que os nacionalismos esforçam-se por traduzir um sentimento de pertença a um povo supostamente homogêneo que partilha os mesmos valores, uma mesma história, os mesmos ancestrais, o mesmo destino, uma cultura, uma memória, um modo de vida, enfim, uma identidade única – a qual, muitas vezes, passa pela existência de uma língua nacional e de um território –, a perspectiva política também se faz presente. Os chamados Estados-Nação se multiplicam e ganham relevância num cenário global marcado pelo declínio do feudalismo, que havia sido, até então, o modo de exploração sócio-econômica prevalente na Europa.

O final do século XIX e início do século XX é marcado pela queda dos impérios Turco-Otomano e Austro-Húngaro e pela aproximação da derrocada final do modelo de exploração colonialista. Já na primeira metade do século XX, as duas grandes guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) são o testemunho de pressões nacionalistas no continente europeu. Sob o custo de enormes perdas humanas e materiais, o continente Europeu redefine mais uma vez suas fronteiras.

É só na segunda metade do século XX que os nacionalismos parecem arrefecer. Segundo Hobsbawm (1990), secundado por Anderson (1983/1991), os nacionalismos deixam de ser a principal ‘força motriz’ das transformações sociais, papel que haviam desempenhado no período anterior.

Ao longo do seu desenvolvimento, fizeram-se ouvir vários discursos contrários aos nacionalismos, apontados, muitas vezes, como mais um instrumento de controle ideológico desenvolvido pelas elites sócio-econômicas para controle das massas. Para alguns,

como Friedrich Nietzsche, os nacionalismos representavam um risco para a liberdade individual em função da sua capacidade de mobilização social e da possibilidade de sua apropriação indevida por demagogos dispostos a explorar os medos e inseguranças das pessoas comuns. Para outros, como Hannah Arendt, os nacionalismos teriam servido de alicerce para a ascensão dos regimes totalitários, como o fascismo e o nazismo.

Outro discurso recorrente é o de que os nacionalismos seriam a ideologia de sustentação do capitalismo, com todas as desigualdades e o potencial de exclusão social que lhe são atribuídos. Ao promover o sentimento de pertença nacional, os nacionalismos mascarariam a rivalidade entre classes, perpetuando as desigualdades e injustiças que marcam muitas das sociedades capitalistas atuais.

Mas, se o capitalismo, num primeiro momento, surge como elemento impulsionador dos nacionalismos, o inverso parece acontecer na atualidade. Segundo Bueno (2004), o capitalismo hoje representaria uma ameaça aos nacionalismos e à concretização da sua crise ao fortalecer uma perspectiva e uma lógica econômicas que extravasam as fronteiras nacionais e põem em causa, muitas vezes, a ideia de soberania, em seus contornos tradicionais. Nesse contexto, os grandes atores passam a ser as empresas e instituições multinacionais e os mercados globais, regidos pelo sistema financeiro.

No cenário atual, o grande movimento de oposição aos nacionalismos parece ser a globalização. Nessa nova ordem mundial, marcada pela mobilidade de bens, dados e pessoas e pela criação e fortalecimento de instituições multinacionais em todos os setores da vida em sociedade – Banco Mundial, UE, OTAN, Greenpeace, Anistia Internacional, empresas multinacionais etc. –, o papel das fronteiras e do próprio Estado nacional parece ser posto em causa. O conceito de soberania é questionado, num contexto de acirramento da interdependência entre os diversos Estados. A ideia de cidadania global volta à cena.

Por outro lado, os conflitos nos Balcãs, com o desfazimento da ex-Iugoslávia; a disputa entre Tchetchênia e Rússia e Geórgia e Ossétia do Sul e Abecásia; as constantes disputas internas na Espanha; a tensão

recorrente entre curdos e turcos, a crise política belga de 2010-2011 e, mais recentemente, o confronto entre a Ucrânia e os separatistas pró-Rússia e a criação de um Estado islâmico parecem contradizer a ideia de que os nacionalismos tenham chegado ao fim.

Talvez seja mais prudente reconhecer que os nacionalismos mudaram, é verdade, mas não estão extintos. Assumem novas formas e discursos, manifestam-se de modo diverso, mas ainda representam uma força considerável nas sociedades atuais. São exemplos desse cenário o fortalecimento de partidos de direita na União Europeia, com seus discursos marcados pela xenofobia, assim como a multiplicação das restrições à imigração, adotadas por cada vez mais países.

O CENÁRIO BRASILEIRO

No Brasil, o ideário nacionalista parece ter se afirmado mais tarde, em comparação com os movimentos de emancipação nacional vivenciados nos demais países da América Latina. Embora a independência do Brasil tenha sido declarada em 1822, não se pode negar a persistência de uma ideia de continuidade, corroborada em boa parte pelo fato de o monarca português, D. Pedro de Alcântara, ter seguido no comando do país, dessa vez, como imperador do Brasil.

Segundo Santos (2010), o nacionalismo brasileiro demorou a chegar. A construção de uma identidade nacional brasileira só começa a ser fomentada com a derrocada do império, vindo a ser consolidada apenas na primeira metade do século XX. É, no entanto, no período que antecede a República, conquistada em 1889, que a construção de uma identidade brasileira começa a ganhar relevância. Essa parece figurar

entre as preocupações de pequenos grupos de elite, mas não da população em geral.

Nesse sentido, vale a pena recordar Carvalho (1990), que encerra seu livro “A Formação das Almas – O imaginário da República no Brasil” com uma imagem pungente: “Tiradentes esquetejado nos braços da Aparecida”. Segundo o autor, essa seria a “perfeita *pietá cívico-religiosa brasileira*”. O corpo esquetejado do herói nacional como símbolo do povo brasileiro nos braços de Nossa Senhora. “A nação exibindo, aos peda-

ços, o corpo do seu povo que a República ainda não foi capaz de reconstituir”.

Nesse interregno, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838 – ainda durante o Império, portanto –, representa um momento importante no processo de se pensar o Brasil e aquilo que seria a identidade brasileira. Voltado para o registro, a conservação e a divulgação de uma história do Brasil, o instituto contribui para a construção de uma memória coletiva brasileira e de um sentido de unidade.

Mas ainda será preciso esperar um século para vermos publicadas aquelas que, ainda hoje, são consideradas obras seminais na construção de uma certa ideia de Brasil: “Casa Grande & Senzala”, de Gilberto Freyre, publicada em 1933, e “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda, publicada em 1936 (cf. CLAVAL, 2004).

Para Freyre, uma das características mais marcantes da “brasilidade” seria a mestiçagem. Nesse sentido, a própria afirmação de uma identidade nacional brasileira abarcaria a ideia de oposição, antagonismo. Até então, era a ideia de *raça pura* que vigorava em muitos dos nacionalismos europeus. Valorizava-se a ausência da mistura, a pureza das origens. Na perspectiva de Freyre, o povo brasileiro se constituiria pela oposição à pureza, pela hibrididade, como bem destacam Roberto DaMatta (2004) e Renato Ortiz (1985, p. 41): “O que era mestiço torna-se nacional”.

Outra característica presente nessa suposta identidade brasileira seria a da cordialidade. Essa foi a perspectiva explorada por Holanda, que, em seu livro, busca analisar as origens e o desenvolvimento da sociedade brasileira, marcada pela colonização portuguesa.

Em 1955 é criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), voltado para a construção de uma ideologia desenvolvimentista com vistas à transformação e ao desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil. Para o ISEB, o sentimento nacional era indissociável do desenvolvimento econômico, daí a relevância do seu papel para a identidade brasileira. A consolidação do nacionalismo e de uma certa consciência nacional seriam a pedra de toque do desenvolvimento do país.

Longe de tentar definir e caracterizar o que seria essa identidade brasileira, o que nos propusemos a fazer

até aqui foi traçar um breve esboço dos percalços desse processo, apontando, sempre que possível, alguns dos seus protagonistas. Mas o que está em jogo nessa discussão são os anti/nacionalismos. Portanto, vamos voltar agora a analisar de que forma estes são engendrados.

A CONSTRUÇÃO DO “OUTRO”

Para a construção de um sentimento de pertença a um grupo, neste caso, de uma identidade nacional, é imprescindível a existência de um outro. É nessa alteridade que as identidades, em geral, se constituem. Para que exista um ‘nós’, necessariamente deve haver um ‘eles’. É no contato com esse outro – real ou imaginado – que nos constituímos.

A grosso modo, podemos delinear duas perspectivas antagônicas de abordagem desse tema: as perspectivas essencialistas e as perspectivas não essencialistas. As perspectivas essencialistas assumem como ponto de partida que as identidades são inatas. Estamos, de certa forma, *condenados* a elas desde o instante em que nascemos, independentemente da nossa vontade. Nascer num determinado território, numa dada família, com determinada língua materna molda ou mesmo determina nosso caráter, nossos valores, nosso olhar sobre o mundo.

As perspectivas não essencialistas, por outro lado, partem do princípio de que as identidades são construídas. Não são inatas, nem herdadas. São construídas ao longo da vida, a partir de nossas experiências e escolhas. Temos poder de agência sobre elas. Não estamos submetidos a certa identidade, somos sujeitos, isto é, somos atores nesse processo de construção.

Entre as duas perspectivas acima, obviamente existe uma enorme variedade de posições e enquadramentos. Para Stuart Hall (1996), por exemplo, as identidades deveriam ser compreendidas como um “processo em andamento”. Nesse sentido, em vez de falarmos em identidades, faria mais sentido falarmos em identificação. Para esse processo, concorreriam não apenas aquilo que nos é interior, nossa individualidade, como também as imagens que os outros têm – ou que acreditamos ter – de nós.

Homi Bhabha (2006, p.292), por exemplo, reflete sobre as nações como narrativas. As nações – e os

nacionalismos – seriam resultantes de um processo de construção discursiva. As diferentes estratégias narrativas adotadas – reveladoras das relações de poder que marcam nossa vida em sociedade – entrelaçam as ideias de povo, minorias e diferenças culturais que marcam o discurso da modernidade. Muitas das atuais concepções dos nacionalismos são, em boa medida, devedoras da ideia de nação como “comunidade política imaginada”, proposta por Anderson (1983/1991). Essa comunidade imaginada seria ao mesmo tempo “limitada e soberana”. Nesse sentido, os nacionalismos seriam “artefactos culturais de um tipo especial”.

Retomando o raciocínio da alteridade, ou seja, da construção da identidade/diferença por meio da construção de um “outro” em oposição a um “nós”, podemos dizer que há um elemento “anti”, ou seja, de antagonismo, no cerne do próprio processo de construção identitária. Os nacionalismos, portanto, seriam devedores desse antagonismo, dessa contraposição. Tendo isso em vista, o que podemos dizer sobre os antinacionalismos?

O fato de, por antinacionalismos, referirmo-nos às correntes ideológicas e aos movimentos que se opõem aos nacionalismos não implica necessariamente dizer que os antinacionalismos negam o papel desse mecanismo de identidade/diferença que subjaz ao processo de construção identitário – pelo contrário, os antinacionalismos parecem se valer desse mesmo artifício. Na verdade, o que as correntes antinacionalistas, em geral, parecem contradizer não é necessariamente a existência ou construção do outro, mas sim os critérios adotados para essa diferenciação – no caso dos nacionalismos, o binômio nacional/estrangeiro.

Os nacionalismos, ao colocarem em movimento esse mecanismo de identidade/diferença, fazem-no a partir de critérios de pertença nacional. Nascermos neste território, falamos a mesma língua, sujeitamo-nos às regras desse mesmo Estado, somos titulares dos mesmos direitos e deveres. Já os antinacionalismos negam o valor desses critérios e não, *a priori*, à construção da diferença. Nos antinacionalismos, as fidelidades e solidariedades não seriam estabelecidas no contexto da nação, mas sim em contextos distintos, como o de

classe social ou o etário, por exemplo. De todo modo, o mecanismo de construção identitário que contrapõe um “eu” a um “outro” segue em funcionamento.

A modernidade tardia, segundo Lyotard (1979), marcada pela fragmentação e pela multiplicação das identidades, também contribui para a crise dos nacionalismos. Nesse cenário, as identidades nacionais passam a concorrer com muitas outras: as identidades de gênero, profissionais, etárias etc. Perdem, portanto, em alguma medida, a ideia de prevalência ou superioridade. Deixam de se sobrepor às demais identidades e passam a concorrer com elas.

Outra perspectiva interessante é a da (des)construção, em muito devedora do pensamento de Derridas, que também contribui para o questionamento dos nacionalismos, ao mesmo tempo em que promove o afastamento das perspectivas essencialistas.

OS DISCURSOS DO ANTI/NACIONALISMO

Segundo Carvalho, o imaginário social é um elemento importante do processo de mudança política e social, especialmente no que diz respeito à construção de identidades coletivas. Daí a importância dos símbolos, partilhados numa dada comunidade, e a construção e difusão dos discursos por meio dos quais esse imaginário social é trazido à tona.

Para refletirmos sobre os discursos dos antinacionalismos, no contexto brasileiro, parece pertinente retornar ao início do século XX e lançar um olhar sobre o movimento modernista – cujo marco pode ser atribuído à semana de arte moderna, realizada em 1922, em São Paulo. É nesse período que a construção dessa identidade nacional brasileira parece ganhar corpo, ampliar horizontes e se consolidar.

Nesse contexto, interessa-nos destacar dois momentos: a elaboração do Manifesto da Poesia Pau-Brasil (1924), por Oswald de Andrade – idealizador do movimento antropofágico –, e a publicação de Macunaíma (1928), de Mario de Andrade. O trabalho de Oswald é frequentemente associado à construção de uma consciência nacional. Segundo o autor, temos de *devorar* aquilo que nos é estranho, exterior, e construir nossa *verdadeira, autêntica*, identidade. É preciso

refutar a imitação do que vem de fora – numa alusão à cultura europeia – e valorizar o que é nosso.

Já em Macunaíma, temos no personagem principal (o próprio Macunaíma) o representante de todo o povo brasileiro. Mas trata-se de um anti-herói: mentiroso e preguiçoso, contrariando, assim, o ideal do herói romântico celebrado na literatura pré-modernista. Aqui, mais uma vez, a identidade brasileira passa pela negação do valor da pureza de raça e pela valorização da mestiçagem. Ambos os discursos – de Mario e de Oswald – trazem em si mesmos um movimento de antagonismo e oposição, mas, ainda assim, são discursos em favor de uma ideia de nação.

Como já afirmamos no início, parece não haver uma corrente forte e definida que englobe os antinacionalismos. No cenário atual, talvez o movimento de oposição mais significativo seja o da globalização. No Brasil, segundo Jobim, é o que acontece. A globalização surge como um contraponto aos nacionalismos. A globalização colocaria em causa a ideia de Estado-Nação, que antes era o detentor do controle sobre os fluxos de bens, pessoas e dados dentro de suas fronteiras, mas que, com a globalização, perde, em parte, esse poder em função da interdependência que se estabelece entre países, instituições e mercados.

Por fim, pensar os nacionalismos implica pensar a diferença, afinal, identidade e diferença são duas faces da mesma moeda. Não existe um “eu”, nesse caso coletivo, se não houver um “outro”. E provavelmente a maior diferença que se pode estabelecer entre dois conceitos seja a oposição, o seu contrário. A ideia de antagonismo está, portanto, no cerne dos nacionalismos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. London: Verso, 1983. (Rev. ed., 1991).

BHABHA, Homi K. “Introduction: narrating the nation”. In: BHABHA, Homi K (org.). *Nation and narration*. London and New York: Routledge, 2006.

BUENO, Eduardo. “Memórias do futuro: mitos do Brasil moderno” in Lucia Helena (Org.), *Nação-invenção*.

Ensaio sobre o nacional em tempos de globalização. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CLAVAL, Paul. *A Construção do Brasil*. (Duarte Pacheco Souza, trad.). Lisboa: Instituto Piaget, 2004/2010.

DAMATTA, Roberto. *O que é o Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

HALL, Stuart. “Quem precisa da identidade?”, in Silva, T. (org.). *Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

HOBBSBAWM, Eric. *Nations and Nationalism since 1780*. Cambridge: University Press, 1990 (2º edition, 1992).

JOBIM, José Luís. “Notas sobre globalização, nacionalismo e estudos literários” in Lucia Helena (Org.), *Nação-invenção. Ensaio sobre o nacional em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna* (José Brança de Miranda, trad.). Lisboa: Gradiva, 1989 (Original 1979).

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. “O Barão do Rio Branco e a ideia de nacionalismo no Brasil”. Disponível em <http://tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/view-File/163/242>. Publicado em 2010 (Revista Tensões Mundiais. Vol. 6. N. 10). Acessado em 30 de Outubro de 2014.

O AUTOR

Silvia Valencich Frota mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade de Lisboa e Doutoranda em Análise do Discurso na mesma instituição.